

3. Surge o novo polo canavieiro

Gelze Serrat de Souza Campos Rodrigues
Jurandyr Luciano Sanches Ross

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, G.S.S.C., and ROSS, J.L.S. Surge o novo polo canavieiro. In: *A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental* [online]. Uberlândia: EDUFU, 2020, pp. 114-150. ISBN: 978-65-86084-00-9. <https://doi.org/10.14393/EDUFU/978-65-86084-00-9>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

3. SURGE O NOVO POLO CANAVIEIRO

3.1 O planejamento estatal do setor sucroalcooleiro brasileiro se inicia

Desde o final do século XIX, a economia açucareira se caracterizou por ciclos de escassez e de superprodução, e, conseqüentemente, por flutuações de preços crescentes e decrescentes. Sobretudo a partir do século XX, a oferta açucareira sempre foi superior à demanda, tendo em vista que as usinas eram instaladas com uma capacidade de produção adequada às perspectivas de consumo futuras. Os ciclos de escassez ficavam circunscritos a momentos circunstanciais, tais como a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, quando a comercialização de açúcar de outros países produtores ficava impedida de ter um fluxo normal.

No Brasil, embora a intervenção governamental no setor canavieiro tenha se dado também no período colonial e imperial, foi apenas a partir dos anos de 1930 que “O planejamento, entendido como processo de intervenção racional do Estado nas atividades econômicas, foi institucionalizado na agroindústria canavieira” (Szmrecsányi, 1979, p. 163), passando a efetivamente conduzir o processo evolutivo do setor.

Sua gênese encontra-se localizada na grande depressão econômica mundial de 1929, quando os problemas do setor canavieiro não conseguiram mais ser debelados com medidas pontuais ligadas apenas às políticas monetárias e/ou fiscais (Szmrecsányi, 1979, p. 163; Melo, 1975, p. 230).

A agroindústria canavieira brasileira encontrava-se nessa época em situação bastante frágil, com uma superprodução de açúcar, na safra de 1929/1930, de aproximadamente 1 milhão e 200 mil toneladas, não conseguindo ser comercializada nem no Exterior nem no mercado interno, devido à recessão geral econômica (Szmrecsányi, 1988).

Com o fim da República Velha e a instauração do novo regime, centralizador, sob o comando de Getúlio Vargas, em outubro de 1930, passaram a ser adotadas medidas na tentativa de solucionar o problema da superprodução açucareira por meio da limitação da produção de açúcar, da proibição da instalação de novas usinas e engenhos e da promoção e aceleração da industrialização do álcool (Szmrecsányi, 1979, p. 170; Andrade, 1977, p. 39).

O álcool era produzido do melaço (álcool residual) nas usinas de açúcar, ou diretamente da cana-de-açúcar (álcool direto) nas destilarias autônomas ou anexas às usinas. As destilarias anexas eram aquelas implantadas junto com as usinas de açúcar. As destilarias autônomas eram unidades independentes das usinas de açúcar, podendo ser derivadas de antigos alambiques.

Até o início da década de 1930, o álcool produzido era do tipo residual, destinado quase que exclusivamente ao consumo doméstico ou às nascentes indústrias químicas e farmacêuticas. Em algumas zonas açucareiras, era também já utilizado em veículos, como tratores e caminhões das próprias usinas (Melo, 1941, p. 47 apud Szmrecsányi, 1979, p. 170-171).

Para ser utilizado como combustível em motores à explosão, o álcool precisava ser desidratado, ou seja, transformado em álcool anidro, isento de água, e com graduação superior a 99,5^o, processo possível apenas em grandes destilarias providas com o maquinário necessário (Szmrecsányi, 1979, p. 171). Como a maior parte das usinas era destituída desse tipo de equipamento, a maioria dos usineiros eliminava o melaço nos rios, vales e canais próximos (Melo, 1941, p. 47 apud Szmrecsányi, 1979, p. 171).

Para incentivar o aproveitamento desse subproduto e aumentar as divisas do país, o governo federal instituiu o Decreto nº 19.717/1931, que determinava a comprovação, pelo importador de gasolina, da adi-

ção de 5% de álcool e que os automóveis da União, dos estados e municípios deveriam, sempre que possível, utilizar o álcool, pelo menos na proporção de 10%.

Além disso, o Decreto isentava de impostos de importação todo o aparelhamento necessário à fabricação do álcool anidro nas destilarias. Por meio de outras resoluções, na mesma época (1931-32), também foi criada a Comissão de Estudos sobre o Álcool Motor (Ceam) e concedida autorização ao Ministério da Agricultura para assinar contratos com entidades particulares para a implantação de destilarias de álcool anidro (Szmrecsányi, 1979, p. 175).

Em relação à produção açucareira, foram instituídos estoques reguladores e cotas de produção e criada a Comissão de Defesa de Produção do Açúcar (CPDA) para a execução de tais medidas (Szmrecsányi, 1979, p. 173-174).

A constituição da CPDA, com a participação de membros do governo federal e de delegados dos estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, iniciou uma nova fase de intervenção estatal na agroindústria açucareira. Com base em análises estatísticas e comerciais trimestrais da produção açucareira e dos preços praticados nos mercados internos, a CPDA formulou o Plano de Defesa da Produção do Açúcar, adquirindo os excedentes da produção para, em parte, serem exportados a preços irrisórios, e, em parte, formarem os estoques reguladores, normalizando possíveis preços especulativos do mercado nacional (Szmrecsányi, 1979, p. 173-174).

Até 1933, no entanto, essas regulamentações não tiveram a efetividade esperada. A produção de açúcar continuou ainda muito maior que a demanda interna e o incentivo à produção direta de álcool anidro era uma solução adequada, mas só em médio prazo. Nesse contexto, foi criado o Instituto de Açúcar e Álcool (IAA), resultado da fusão da CPDA e da Ceam, que passou a executar a intervenção governamental na economia canavieira, iniciando-se, a partir de então, de fato, o processo de planejamento governamental no setor sucroalcooleiro brasileiro (Szmrecsányi, 1979, p. 176-177).

As duas atribuições básicas do IAA eram a regulação do mercado de açúcar e o fomento da produção de álcool anidro, estritamente vin-

culados, haja vista que, em certa medida, o controle do mercado açucareiro dependia do envio da cana-de-açúcar excedente para a produção direta de álcool (IAA, 1972, p. 8 apud Szmrecsányi, 1979, p. 181). Após 1938, entretanto, vários dispositivos legais ampliaram os poderes do IAA, cujas decisões passaram a ser independentes da apreciação judicial (Szmrecsányi, 1979, p. 197).

Dentre outras ações, a intervenção na economia alcooleira procurou resolver ou amenizar as disputas regionais entre o Nordeste e o Centro-Sul. Para isso, previu a instalação de grandes destilarias centrais; o auxílio financeiro a cooperativas, sindicatos, empresas ou produtores que desejassem instalar ou adaptar destilarias para a fabricação de álcool anidro; a fixação de cotas de entrega de álcool por parte das usinas para ser beneficiada ou vendida aos importadores de gasolina; o controle dos preços de venda dos combustíveis fabricados à base de álcool; a instalação e manutenção de bombas de álcool-motor para venda ao público; e a assistência técnica aos proprietários de destilarias de álcool anidro (Brasil, 1933, Art. 4º).

As cotas produtivas de cada usina foram estabelecidas tendo como base o serviço estatístico — já iniciado pela CPDA e que continuou a ser realizado pelo IAA — sobre o consumo, os preços do açúcar e do álcool nacionais, a média produtiva anual do último quinquênio das usinas, as estimativas das safras e os estoques de açúcar do país em maio e setembro (Szmrecsányi, 1979, p. 184-185).

A porcentagem dos eventuais aumentos ou reduções de cotas deveria ser igual para todas as usinas localizadas em determinado estado, e se houvesse um decréscimo de produção em alguma usina, poderia ser compensado pela produção das outras usinas, desde que estivessem no mesmo estado e não excedessem o limite geral de produção estadual. A produção que ultrapassasse a cota autorizada era confiscada sem indenização (Szmrecsányi, 1979, p. 185).

Passava também a ser proibida a montagem de novas usinas, engenhos e banguês para produção de açúcar, rapadura ou aguardente em todo o território nacional sem prévia consulta ao IAA (Brasil, 1933; Brasil, 1939a, Art. 14).

Dando sequência à proposta da CPDA, a intervenção direta do

IAA no mercado açucareiro, para o restabelecimento do equilíbrio quantitativo entre produção e consumo, se deu por meio da retirada da quantidade de açúcar julgada como necessária, tendo como base os levantamentos estatísticos realizados e o seu encaminhamento para exportação, transformação em álcool ou para qualquer outro destino considerado como adequado (Brasil, 1933, Art. 3º, alíneas “d” e “e”).

Em 1935, foram estipulados, em resoluções específicas do IAA, os limites de produção de açúcar dos estados onde estavam localizadas as usinas (Tabela 5). Verifica-se que, na distribuição espacial da produção açucareira, Pernambuco mantém a sua preponderância sobre os demais estados. Contudo, São Paulo surge como o 2º produtor de açúcar de usina do país, sobrepujando a produção fluminense. Além disso, observa-se que a região Norte/Nordeste, com 62,8% da produção, mantém a sua posição de destaque frente à região Centro-Sul, com 37,2% (Szmrecsányi, 1979, p. 193).

Tabela 5. Limites de produção de açúcar de usina e número de usinas no Brasil em 1935/1936.

Estados produtores	Limites de produção		Data das Resoluções do IAA	Nº de usinas
	Sacos de 60 kg	%		
PE	4.450.193	37,6	11/03/1936	62
SP	2.067.863	17,4	11/07/1935	32
RJ	2.000.137	16,9	11/07/1935	27
AL	1.301.928	11	23/12/1935	23
SE	721.519	6,1	01/10/1935	80
BA	685.101	5,8	16/09/1935	16
MG	339.599	2,9	09/07/1935	21
PB	225.912	1,9	24/09/1935	07
PA, MA, CE, RN	54.433	0,4	24/09/1935	11
TOTAL	11.846.695	100		279

Fonte: DE CARLI, 1940, p. 73 apud SZMRECSÁNYI, 1979, p. 194; ANDRADE, 1987, p. 162. Org.: dos autores, 2015.

O alto número de usinas no estado de Sergipe foi reflexo da implantação de modernos engenhos turbinados nesse estado desde 1872, bem como dos investimentos de senhores de engenho e empresários dos setores comercial e industrial. No entanto, apesar do número elevado, apresentavam pequena produção (6,1% do total), equivalente à dos engenhos banguês (Andrade, 1977, p. 102/167).

Segundo as projeções do IAA, portanto, em 1935, a produção de açúcar de usina superaria os 11,8 milhões de sacos, sem contar a produção dos engenhos e banguês, responsáveis por mais de 40% do açúcar consumido no país. Com a perspectiva da safra de 1935/1936 ser ainda maior do que a anterior, o IAA baixou outra resolução limitando o período de safra a 90 dias (Szmrecsányi, 1979, p. 107/195).

Em relação à instalação das destilarias centrais para a fabricação do álcool anidro, foram implantadas, no final da década de 1930, três, localizadas próximas aos principais centros de distribuição da gasolina importada: as destilarias centrais de Campos, no estado do Rio de Janeiro; do Cabo, em Pernambuco; e de Ponte Nova, em Minas Gerais, sendo utilizado como matéria-prima o melaço não aproveitado pelas usinas localizadas nas áreas de influência dessas destilarias, bem como o excedente da produção de açúcar (Szmrecsányi, 1979, p. 191-192/205).

A instalação dessas destilarias, com capacidade produtiva de 60 mil l/dia para as duas primeiras e 20 mil l/dia para a terceira, acabou provocando uma forte concentração espacial da produção alcooleira, tendo em vista que mais de 92% da produção de álcool acabaram por ficar localizados nesses três estados (Szmrecsányi, 1979, p. 191-192/205).

Finalmente, após a adoção dessas medidas, o mercado açucareiro se viu estabilizado. Em contraposição, o conflito entre usineiros e senhores de engenho se viu acirrado. De fato, desde o início dos trabalhos do IAA, ou seja, desde o final de 1933, as medidas adotadas para a estabilização do mercado açucareiro contribuíram para a expansão dos cultivos próprios das usinas e para a sua autossuficiência (Szmrecsányi, 1979, p. 196).

Mas além do cultivo pelas próprias indústrias, nas zonas usineiras a cana era cultivada por agricultores vinculados econômica e juri-

dicamente às usinas, denominados de fornecedores (Melo, 1975, p. 47). Quando havia a queda do preço do açúcar devido a uma boa safra ou pela redução do consumo, os prejuízos eram divididos entre o usineiro e os plantadores da cana. Se, por outro lado, houvesse o aumento do preço do açúcar, devido à safra não ter sido boa ou pela expansão da demanda, os usineiros controlavam os estoques de açúcar, propiciando grande lucratividade, o que não ocorria com o fornecedor, impossibilitado de estocar a cana colhida, extremamente perecível (Ramos, 1983, p. 107).

Os litígios entre usineiros e fornecedores de cana-de-açúcar eram preocupantes nos estados açucareiros, sobretudo em Pernambuco, onde os senhores de engenho procuravam se defender dos baixos preços pagos pelos usineiros, com greves e até com a retirada dos trilhos das ferrovias que transportavam a cana até as usinas (Ramos, 1983, p. 113/114).

Os conflitos no Nordeste só foram amainados com o estabelecimento do DL nº 1.669/1939, quando ficou determinado que 70% da matéria-prima das usinas deveriam ser providas por fornecedores, lavradores e colonos, e só os outros 30% pelos plantios próprios da usina, exceto quando não houvesse fornecedores.

Do mesmo modo, foram fixadas cotas de produção de açúcar para cada estado, divididas em três partes: 50% para as usinas de menor produção, 30% para as médias e 20% para as maiores. O estabelecimento das categorias, menor, média e maior, era realizado conforme o estado e a capacidade produtiva da usina (Brasil, 1939b).

Em virtude da grande resistência dos produtores e da falta de aplicabilidade imediata das cotas produtivas, instituídas em 1933, elas foram reafirmadas com a publicação de uma lista de engenhos e usinas com os respectivos limites de produção (Brasil, 1939c). Com base nas cotas de produção, passaram a ser elaborados pelo IAA, anualmente, os Planos de Defesa da Safra ou Planos de Safra (Szmrecsányi, 1979, p. 184/197). Em 1938, ficava estabelecida a diferenciação entre engenho, fábrica que não possuía turbina ou vácuo, e usina, fábrica que detinha esses equipamentos (Brasil, 1938).

Nos estados cuja produção era inferior a 100 mil sacos anuais e com canaviais sem possibilidade de utilização devido à inexistência de

fábricas próximas ou pela dificuldade de escoamento, novas usinas e engenhos foram autorizados a ser instalados (Brasil, 1939d; Szmrecsányi, 1979, p. 198).

Essas regulações acabaram resultando na promulgação, em 1941, do Estatuto da Lavoura Canavieira – ELC pelo Decreto Lei nº 3.855/1941. O ELC pode ser considerado como um marco na evolução do intervencionismo estatal do setor e uma manifestação completa da orientação populista da política de Getúlio Vargas (Szmrecsányi, 1979, p. 201).

O principal objetivo do Estatuto da Lavoura Canavieira foi o disciplinamento das relações comerciais entre usineiros e fornecedores por meio da regulação das condições de fornecimento e de absorção da cana pelas usinas, a restrição da produção canavieira pelas usinas e a distribuição entre usineiros e fornecedores dos encargos ou vantagens das mudanças nas cotas de produção, mediante a instituição de cotas de fornecimento (Szmrecsányi, 1979, p. 201).

O ELC definiu o lavrador como aquele que cultivava terras próprias ou alheias, fornecendo cana a uma mesma usina durante três ou mais safras consecutivas, compreendendo tanto parceiros quanto arrendatários e lavradores, sujeitos ao risco agrícola (Brasil, 1941, Art. 1º).

As usinas passaram a ser obrigadas a receber de seus fornecedores a quantidade de cana pré-fixada pelo IAA, sendo que a usina ou destilaria que se recusasse seria obrigada a ressarcir o dano causado (Brasil, 1941, Arts. 17 e 39). O ELC dispunha ainda que para a fabricação da cota de açúcar, as usinas cujo limite fosse superior a 30.000 sacos poderiam utilizar canas próprias até o máximo de 60% do seu limite, sendo que os 40% restantes deveriam ser oriundos de fornecedores; para aquelas que tinham um limite entre 15.000 a 30.000, a porcentagem era calculada sobre o volume excedente aos 15.000 sacos; e para aquelas que tinham limite inferior a 15.000, o dispositivo não se aplicava (Brasil, 1941, Art. 48).

Estabeleceu-se também que as comissões competentes fixariam o salário mínimo dos trabalhadores no canavial e na indústria de açúcar e álcool, bem como um regime de contratos padronizados, onde eram previstas certas garantias aos lavradores (Melo, 1975, p. 20-242).

No Nordeste, o ELC foi bem aceito pelos fornecedores, mas rejeitado pelos usineiros, que o encaravam como um atentado contra o direito de propriedade. No Rio de Janeiro, onde os conflitos já eram menores, não houve grande resistência. Em São Paulo, a promulgação do ELC fez com que os antigos colonos fossem transformados em fornecedores, transferindo-se para eles o ônus da produção da matéria-prima, enquanto o capital, antes empregado para o custeio dos colonos, foi liberado para outros investimentos (Andrade, 1994, p. 191).

Em relação às exportações, desde 1937, a comercialização mundial de açúcar brasileiro estava baseada no Acordo Internacional de Londres, sendo atribuído ao Brasil um limite de 60 mil toneladas anuais. Embora a eclosão da II Guerra Mundial tenha provocado a suspensão automática desse acordo e possibilitado a exportação livre de açúcar para a Europa, ao mesmo tempo fez com que as exportações ficassem praticamente suspensas, assim como as importações de bens intermediários, como o petróleo, devido aos riscos de transporte em alto mar, por causa de ataques dos submarinos nazistas. Pelos mesmos motivos, o comércio de cabotagem, que realizava as trocas comerciais entre o Norte e o Sul do Brasil, foi paralisado (Szmrecsányi, 1979, p. 201/204/265).

O desenvolvimento da IIGM e a total desorganização do transporte marítimo obrigou o governo a submeter o planejamento do setor açucareiro aos interesses dos estados do Centro-Sul, que na época detinham as cotas produtivas de açúcar mais baixas, para conseguirem atender o próprio consumo e os estados vizinhos. Dessa forma, São Paulo, que tinha grande demanda de consumo, tornou-se também o fornecedor de açúcar de Goiás, Mato Grosso e Paraná (Andrade, 1977, p. 40).

A partir de 1943, o IAA começou a determinar preços fixos para o açúcar, adotando o preço disponibilizado nos portos exportadores do Nordeste. Nos demais estados, com exceção do Rio de Janeiro, que também era exportador de açúcar, os preços eram automaticamente determinados pelo preço que chegasse o produto nordestino a esses destinos. Consequentemente, as empresas de comercialização do açúcar localizadas no Centro-Sul passaram a se beneficiar do sobrepreço decorrente (Melo, 1975, p. 234)

Assim, a II GM, diferentemente do que ocorrera com a I GM, não provocou o aumento da demanda externa do açúcar brasileiro, mas influenciou decisivamente nos caminhos doravante percorridos pela agroindústria canavieira. Ao engendrar dificuldades para a importação de bens como o petróleo, na época quase que totalmente oriundo do exterior, deslocou o interesse da indústria brasileira para a produção do álcool. Ao prejudicar o comércio de cabotagem e, por conseguinte, o abastecimento de açúcar na área meridiana do país, determinou o início da mudança na geografia canavieira, com o deslocamento do polo da indústria sucroalcooleira brasileira de Pernambuco para São Paulo, o que seria consolidado na década de 1950. Cada vez mais, a partir de então, uma das principais características da economia relacionada ao setor canavieiro será colocada em relevo — a repartição espacial. A divisão geográfica entre dois grupos regionais, Norte/Nordeste e Centro-Sul, e as suas idiossincrasias socioeconômicas serão cada vez mais realçadas e diferenciadas.

3.2 São Paulo: o novo polo da indústria canavieira

Desde a instalação da primeira destilaria autônoma de álcool anidro em Piracicaba, em 1933, a produção desse derivado de cana evoluiu. No final dos anos de 1930, encontravam-se em operação no país 35 destilarias de álcool anidro (Andrade, 1994, p. 163), subindo esse número, em 1941, para 44, com capacidade de 638 mil l/dia e produção anual de 76,6 milhões de litros (Szmrecsányi, 1979, p. 205). Situação resultante em grande parte das normas editadas pelo IAA (Quadro 1), intensificadas no período da II Guerra Mundial.

De fato, a IIGM afetou grandemente a economia e a sociedade brasileiras. A rede ferroviária nordestina, instalada no final do século XIX, foi sucateada e a navegação de cabotagem interrompida. Por outro lado, o sistema rodoviário se expandiu em várias partes do país, primeiramente com a implantação de estradas carroçáveis e depois de rodovias, o que facilitou a obtenção do açúcar branco pelos habitantes do interior. Ao final dos anos de 1950, isso levou à preferência e predominância do açúcar branco em detrimento do consumo da rapadura (Andrade, 1994, p. 40).

Quadro 1. Principais normas editadas pelo governo central concernentes ao setor alcooleiro (1933-1945).

Normas	Pontos principais
Decreto 22.789/1933	Criação do IAA
Decreto 22.981/1933	Início do programa para instalação de três destilarias centrais para a fabricação de álcool anidro, com subsídio de 50% do IAA
Decreto 23.664/1933	Regulamentação do fomento do consumo de álcool carburante e suas misturas
Decreto 23.837/1934	Reiteração da obrigatoriedade do uso de álcool-motor em carros públicos e determinação da redução de tarifas rodoviárias para o transporte de álcool.
Lei nº 432/1937	Concessão de isenção dos direitos de importação para tonéis e vasilhames destinados ao transporte e armazenamento do álcool anidro.
DL nº 737/1938	Estabelecimento da obrigatoriedade da adição de álcool anidro à gasolina produzida no Brasil (5%), e não apenas à importada.
Resolução IAA 003/1939	Disposição sobre a apresentação de projetos que visassem a obtenção do financiamento do IAA para a montagem ou ampliação de destilarias particulares.
Resolução IAA de 21/02/1941	Elevação do teor mínimo de mistura do álcool anidro à gasolina para 20%.
DL 3.855/1941	Promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira
DL nº 3.755/1941	Criação da Comissão Nacional de Combustíveis e Lubrificantes
DL nº 4.382/1942	Delegação ao IAA do poder de fixação de cotas e preços para o álcool produzido por usinas e destilarias autônomas do país para fins carburantes.
Resolução IAA 31/1942	Destinação do máximo de matéria-prima disponível para a produção de álcool, considerando o Plano de Safra 1942/1943. Estabelecimento do total da quantidade de açúcar de usina para consumo e de estoques equivalente a 15,2 milhões de sacos de 60 kg e da entrega ao IAA dos limites excedentes para transformação em álcool. Determinação da possibilidade de requisição do melaço e do álcool potável em usinas para desidratação.
DL nº 4.461/1942	Disposição sobre o controle por parte do IAA da comercialização de todos os tipos de álcool produzidos no país.

continua na p. 125

Normas	Pontos principais
Resolução IAA 034/1942	Estabelecimento do Plano de Desenvolvimento do Álcool, com normas para assegurar a máxima produção de álcool-motor e produção suficiente de álcool hidratado para outros fins.
Resolução IAA 39/1942	Estabelecimento do Plano de Controle da Produção do Álcool com normas sobre os preços e bonificações a serem pagas aos produtores na safra de 1942/1943. Instituição da taxa de \$500 (quinhentos réis) por litro de álcool vendido a ser recolhido à Caixa do Álcool. Proibição da fabricação de álcool potável pelas destilarias de álcool anidro e do desdobramento do álcool anidro em aguardente.
DL nº 4.722/1942	Declaração da indústria alcooleira como de “interesse nacional”. Estabelecimento, pelo prazo de quatro anos, a partir da safra de 1943/1944, de garantias de preços mínimos para o álcool e para a cana excedente das próprias usinas, dos fornecedores, dos produtores agrícolas que não possuíam cotas de fornecimento e para outros produtos agrícolas que pudessem ser empregados na produção do álcool.
Portaria CME* 008/1942	Autorização para as indústrias químicas montarem destilarias autônomas de álcool para uso na própria indústria.
Resolução IAA nº 65/1943	Aprovação do Plano de Requisição da Aguardente da safra 1942/1943 para transformação em álcool.
DL 5.998/1943	Disposição sobre a distribuição de álcool de todos os tipos, fixando multas para o álcool transportado sem autorização do IAA
Resolução IAA 105/1945	Condicionamento da concessão de cotas para a montagem de novas usinas açucareiras mediante a instalação de destilarias de álcool anidro anexas, com capacidade de 15 litros de álcool para cada saco de 60 kg.

*CME - Coordenação de Mobilização Econômica

Fonte: Tamás SZMRECSÁNYI, 1979, p. 205-209; Julieta Rico, 2013, p. 94,95. Org.: dos autores, 2015.

Desde 1942, a interrupção do comércio de cabotagem de áreas do Nordeste para o Centro-Sul provocou a edição de outra série de normas (Quadro 2), na tentativa de impedir o racionamento de açúcar no Sul do país, o que reativou a tendência, interrompida durante a década de 1930, de deslocamento da hegemonia açucareira nordestina para o Centro-Sul (Szmrecsányi, 1979, p. 211; Andrade, 1994, p. 191).

Passou-se a permitir a implantação de pequenas usinas e destilarias, as quais foram substituindo, no mercado regional, a produção açucareira do Norte/Nordeste (Szmrecsányi, 1979, p. 211; Andrade, 1994, p. 191).

Quadro 2. Normas editadas pelo governo central visando à promoção da produção açucareira (1942-1945).

Normas	Pontos principais
Portaria CME 17/1942 (Regulamentada pela Portaria IAA 060/1943)	Liberação do regime de cotas de produção de açúcar e da montagem de novas usinas
Resolução CFCE* 10/12/1942 (Regulamentada pelo DL 6.389/1944)	Recomendação da suspensão, enquanto houvesse os efeitos da II Guerra Mundial, das medidas restritivas à produção de rapadura e de açúcar bruto nos engenhos em atividade. Liberação da instalação de novas fábricas de rapadura.
Portaria CME** 49/1943	Autorização da instalação de novos engenhos, com capacidade até 400 sacos/ano, em estados insuficientemente abastecidos por produção de açúcar.
Resolução IAA 069/1943	Adoção de medidas para a produção de açúcar nas usinas do Centro-Sul de parcelas que não podiam ser fornecidas pelos produtores do Nordeste devido às dificuldades de transporte durante a II GM.
Resolução IAA 79/1944	Aumento para 20% dos limites estaduais de produção de açúcar. Manutenção da liberação, para a safra 1944/1945, da produção de açúcar dos engenhos turbinados e dos banguês.
Resolução IAA 103/1945 Regulamentada pela res. IAA 105/45	Criação de cotas para a montagem de novas usinas nos estados cujo nível de consumo ou cuja distância dos centros produtores gerasse demanda insatisfeita. As cotas corresponderiam a uma produção anual de 700 mil sacos/ano atribuídas, por concorrência pública, a empresas do Amazonas, do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Bahia, de Minas Gerais, de São Paulo, do Paraná e do Rio Grande do Sul.
Resolução IAA 111/1945	Reajuste das cotas produtivas de açúcar das usinas com limites inferiores a 20 mil sacos anuais, distribuídos entre os estados de Piauí, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, atribuindo-se a cada estado uma cota adicional de 100 mil sacos.
Resolução IAA 116/1945	Permissão da instalação de turbinas nos engenhos banguês cadastrados no IAA e detentores de cota produtiva de açúcar igual ou superior a 500 sacos/ano. Autorização da instalação de cozedores a vácuo nos engenhos turbinados e da transformação dos engenhos com cotas superiores a 3.000 sacos/ano em usinas. Concessão de cotas de açúcar às destilarias autônomas que produzissem 120 mil litros de álcool direto nas safras de 1933/1944 e 1944/1945

* CFCE – Conselho Federal do Comércio Exterior.

** CME – Coordenação de Mobilização Econômica.

Fonte: SZMRECSÁNYI, 1979, p. 210-213. Org.: dos autores, 2015.

Assim, após o final da IIGM e, sobretudo, do fim do Estado Novo, a tendência do aumento da produção e do deslocamento do eixo canavieiro tornou-se mais intenso. No governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), abriu-se espaço para a expansão do setor canavieiro paulista (Ramos, 1983, p. 131), sendo criadas condições, por meio de decreto-lei e de resoluções do IAA, para a subordinação dos limites

das cotas produtivas estaduais às demandas de consumo das populações dos estados e não mais proporcionalmente ao consumo total de açúcar do país (Szmrecsányi, 1979, p. 215; Brasil, 1946).

Nos estados industrializados, como São Paulo, o consumo de açúcar durante e após a II GM havia aumentado muito devido ao crescimento da população e aos processos de urbanização e industrialização, bem como à expansão do setor alimentício, que o utilizava como insumo (Szmrecsányi, 1979, p. 218). Assim, com as cotas de produção sendo determinadas em função do consumo, o estado de São Paulo se viu beneficiado, passando os seus limites de produção de açúcar para a casa dos 5 milhões de sacos.

Tabela 6. Reajuste das cotas de produção de açúcar de usina dos seis maiores estados produtores (Resolução IAA 125/1946).

ESTADOS PRODUTORES	LIMITES (1944-1945)	COTAS REAJUSTADAS
Pernambuco	5.978.590	6.490.529
São Paulo	2.792.291	5.000.000
Rio de Janeiro	2.670.990	3.735.512
Alagoas	1.957.749	2.319.924
Sergipe	961.421	1.212.983
Minas Gerais	586.593	1.256.560

Fonte: SZMRECSÁNYI, 1979, p. 217. Org.: dos Autores, 2019.

Nesse momento, a distribuição espacial da produção açucareira começou a se alterar. Na safra de 1944/1945, os estados do Centro-Sul passaram a produzir 39,9% contra 46,8% de sacos de açúcar no Nordeste. A participação de São Paulo passou de 17,6% para 22,2%; e de PE, de 37,3% para 28,9% (Tabela 6) (Szmrecsányi, 1979, p. 214-215). Em relação ao número de usinas, em 1946, no Norte/Nordeste, estavam cadastradas 147 usinas; e no Centro-Sul, 116; em 1950, esses números passaram para 161 e 163, respectivamente (PINA, 1972, p. 39).

Outra mudança importante, nessa época, foi em relação às cotas de cana-de-açúcar de fornecedores e próprias da usina, que passaram a

ser em proporções iguais, permitindo-se, inclusive, à usina a ampliação desse limite, acima dos 50%, caso houvesse incapacidade produtiva dos fornecedores¹⁰ (Szmrecsányi, 1979, p. 216).

Mas muito mais importante do que essas mudanças introduzidas por via normativa para o deslocamento do centro canavieiro para o Centro-Sul foram as características vantajosas apresentadas pela agroindústria canavieira paulista: “maior capacidade financeira, mercado em posição vantajosa, um parque industrial moderno com eficientes instalações e condições agrícolas favoráveis” (PINA, 1972, p. 41) fizeram os custos médios de produção agrícola e industrial serem muito menores do que os do Nordeste (Szmrecsányi, 1979, p. 218).

A conservação e a modernização do setor industrial nordestino se viu interrompida durante o período de guerra, fazendo com que várias usinas se tornassem obsoletas. Diferentemente, São Paulo implantou uma indústria metalúrgica pesada, que forneceu as máquinas necessárias às usinas paulistas e, posteriormente, às nordestinas também (Andrade, 1994, p. 109).

Nesse contexto, a lavoura canavieira se expandiu em direção ao Oeste paulista, nas áreas antes cafeeiras de Araraquara e Ribeirão Preto e na região de Araçatuba, anteriormente ocupada pela pecuária, propagando-se no sentido do Vale do Rio Paranapanema, atingindo o Norte do Paraná (Andrade, 1994, p. 170/171).

Até então, a produção paulista era direcionada ao consumo interno, o que provocou, inclusive, no final do século XIX, o surgimento de grande número de refinarias. Em 1910, foi criada a Companhia União de Refinadores, que passou a adquirir usinas em operação, a instalar novas unidades de produção e a estimular a absorção das refinarias menores pelas maiores ou por aquelas que melhor estivessem localizadas (Gnaccarini, p. 19/20, apud Andrade, 1994, p. 168).

Nesse processo, o capital comercial e industrial controlou praticamente toda a produção de açúcar do estado, a tal ponto que no pe-

¹⁰ Lembrar que pelo Estatuto da Lavoura Canavieira (1939) havia ficado determinado que 70% da matéria-prima deveria ser provida por fornecedores, lavradores e colonos, e só os restantes 30% pela produção agrícola da própria usina, exceto quando não houvesse fornecedores.

ríodo 1930-1946, três dos quatro maiores produtores paulistas eram a *Société des Sucreries Brésiliennes*, o Grupo Morganti e o Grupo Matarazzo (Ramos, 1983, p. 74). A *Société*, possivelmente ligada ao grupo metalúrgico francês *Fives Lille*, era fabricante de máquinas para usinas de açúcar, enquanto os grupos Morganti e Matarazzo tinham capitais investidos em diversos setores industriais. Apenas M. Junqueira era de origem agrária, ligado a atividades pecuárias (Ramos, 1983, p. 76; Andrade, 1994, p. 168).

Nesse cenário, a produção de açúcar paulista teve amplas condições de se intensificar, aumentando aproximadamente em 84% entre as safras de 1946/1947 e de 1951/1952, passando de 4,4 milhões de sacos para 8,1 milhões. O estado de São Paulo assumia, portanto, a primeira posição entre os produtores de açúcar, superando o estado de Pernambuco, desde os tempos coloniais o maior produtor açucareiro do Brasil. Além disso, São Paulo passou a ser praticamente autossuficiente em relação à sua demanda interna de açúcar e a comercializar o seu excedente para estados da região Sul e outros estados vizinhos, como Goiás, Mato Grosso e Paraná, prejudicando a comercialização do açúcar proveniente da indústria nordestina (Szmrecsányi, 1979, p. 219; Andrade, 1994, p. 40).

As medidas adotadas para o incentivo da produção açucareira, contudo, reavivaram um problema que sempre rondou a indústria canavieira — o da superprodução. As exportações foram uma boa saída momentânea, já que os preços no mercado externo, devido aos efeitos da IIGM, eram altos tanto na Europa como no Oriente. Entretanto, a recuperação da produção açucareira mundial no pós-guerra repercutiu rapidamente nos preços do açúcar, causando a sua baixa no mercado internacional.

Para possibilitar a venda do açúcar excedente no exterior a preços inferiores aos do mercado interno, o IAA criou o Fundo de Compensação dos Preços do Açúcar, com recursos advindos da taxa cobrada sobre o saco de açúcar fabricado, determinada desde 1941 pelo Estatuto da Lavoura Canavieira (Szmrecsányi, 1979, p. 220).

A função do Fundo era cobrir a diferença entre os preços dos mercados interno e externo de açúcar, mas acima de tudo financiar no-

vamente a produção de álcool direto, não onerando os cofres públicos, além de possibilitar a liquidação de débitos contraídos pela agroindústria canavieira, principalmente nordestina, no Banco do Brasil e no IAA (Szmrecsányi, 1979, p. 220).

Em razão dos déficits na balança de pagamentos e do esgotamento das reservas cambiais no período da IIGM, causados, em parte, pela crescente importação da gasolina automotiva, o governo federal determinou, em meados de 1948, que o IAA adotasse medidas para o estímulo da produção de álcool anidro, estabelecendo para isso a equivalência entre os preços do açúcar e do álcool direto. Na mesma época, foi criado o Fundo do Álcool Anidro para atender as despesas de custeio das operações da economia alcooleira (Szmrecsányi, 1979, p. 221).

Essas medidas rapidamente alcançaram seus resultados, e já na safra de 1948/1949 a produção alcooleira atingiu a cifra de 167,3 milhões de litros (Szmrecsányi, 1979, p. 221).

A superprodução açucareira e a conseqüente baixa do preço do açúcar no mercado interno também propiciou a substituição da rapadura e do açúcar mascavo, produzido pelos engenhos banguês, pelo açúcar de usina, por parte do consumidor. Ciente da situação, o governo autorizou o IAA (Lei 964/1949) a executar o aproveitamento dos canaviais dos banguês, mediante a conversão de suas cotas de produção de açúcar em cotas de fornecimento de cana para as usinas localizadas nas suas zonas canavieiras ou a fusão dessas cotas de produção até o total de 30 mil sacos.

Assim, findava a era dos engenhos banguês no Brasil, os quais permaneceriam apenas na memória histórica da expansão canavieira e em alguns rincões do território nacional, com a produção artesanal de açúcar mascavo e rapadura.

3.3 Uma nova fase com uma velha solução: o retorno às exportações

A superprodução açucareira brasileira fez com que a partir de meados da década de 1950, a política do governo federal passasse a fomentar novamente a exportação dos produtos tradicionais oriundos da cana, do açúcar e do álcool, mas também do melaço.

Inicialmente, essa política de exportação se desenvolveu de maneira flutuante, por meio do subsídio de preços do açúcar que não era absorvido no mercado interno, sobretudo nas várias crises de superprodução. Depois, ao final de década de 1960, passou a ser uma das principais estratégias para a ampliação da aquisição de divisas, mantendo-se inclusive na atualidade.

A década de 1950 transcorreu, dessa forma, marcada pela expansão da agroindústria canavieira, inicialmente determinada pela crescente demanda interna provocada pelo surto de industrialização e urbanização promovido pela política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (Szmrecsányi, 1979, p. 236/237).

Essa expansão foi incentivada pelo IAA, que logo no início da década liberou a produção de açúcar em todo o país para a safra de 1950/1951 e determinou uma cota especial para a produção do álcool direto, correspondente a 10% da cota geral de produção de açúcar.

Em 1957, as cotas de produção de açúcar de usina foram elevadas, alcançando a cifra de 47,7 milhões de sacos, repartidas entre as usinas proporcionalmente à maior produção alcançada entre as safras de 1951/1952 e 1956/1957 (Tabela 7). A partir desse momento, a distribuição espacial da produção deixou de existir e a hegemonia da agroindústria canavieira do Centro-Sul, sobretudo de São Paulo, foi confirmada oficialmente (Szmrecsányi, 1979, p. 237-239, 248).

O contínuo crescimento da produção açucareira brasileira, atingindo na safra de 1958/1959, o volume de 53,7 milhões de sacos, o desequilíbrio entre a produção e o consumo nacionais de açúcar e o conseqüente aumento de seus excedentes fizeram com que o IAA direcionasse sua atenção mais uma vez para o mercado externo, voltando o Brasil, a partir de então, a participar ativamente do mercado açucareiro mundial, apesar dos preços baixos (Szmrecsányi, 1979, p. 250).

Assim, as exportações, que somavam, em 1957, aproximadamente 424 mil toneladas, chegaram, em 1958, à casa das 780 mil toneladas. O açúcar assumia novamente a posição de importante produto na pauta de exportações, sendo superado apenas pelo café e pelo cacau (Szmrecsányi, 1979, p. 250).

Tabela 7. Reajuste das cotas de produção de açúcar de usina
(Resolução IAA 1284/1957)

ESTADOS PRODUTORES	LIMITE ANTERIOR	COTAS REAJUSTADAS
Pernambuco	9.393.350	12.717.932
São Paulo	8.232.914	15.084.701
Rio de Janeiro	4.925.151	6.275.476
Alagoas	3.153.708	4.147.987
Minas Gerais	1.898.166	2.480.606
Sergipe	1.682.950	2.026.341
Bahia	1.599.441	1.854.510
Paraíba	728.556	920.271
Paraná	458.880	852.822
Espírito Santo	304.560	327.625
Santa Catarina	210.715	254.137
Rio Grande do Norte	192.601	309.070
Goiás	171.780	187.828
Mato Grosso	154.745	169.673
Pará, Maranhão, Piauí e Ceará	119.689	140.593
TOTAL	33.227.206	47.749.572

Fonte: Tamás SZMRECSÁNYI, 1979, p. 248. Org.: dos Autores, 2019.

A solução baseada nas exportações, contudo, apresentava limitações. Por ser o açúcar nessa época um produto gravoso¹¹, sua comercialização era subsidiada pelo IAA, cujos recursos, não sendo suficientes, eram complementados por fundos da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) e da Carteira de Comércio Exterior (Cacex) do Banco do Brasil (Szmrecsányi, 1979, p. 250). Além disso, o único mercado ao qual o Brasil tinha acesso para as exportações de açúcar era o Mercado Livre Mundial (MLM), que tinha um caráter residual diante dos mer-

¹¹ Produto gravoso é a “mercadoria exportável que, dado o seu alto custo de produção, não pode competir, no mercado internacional, com os similares estrangeiros, ficando, assim, na dependência de medidas protecionistas por parte do governo” (FERREIRA, 2009, p. 1003).

cados preferenciais (MPs), absorvendo apenas um terço do comércio internacional de açúcar (Szmrecsányi, 1979, p. 251).

Diferentemente do Brasil, outros grandes produtores de açúcar, como Cuba, República Dominicana e Formosa, participavam também do MP norte-americano, cujos preços eram bem mais vantajosos do que os do MLM (Szmrecsányi, 1979, p. 251).

Nesse cenário, várias medidas passaram a ser tomadas pelo governo, semelhantes àquelas adotadas nos anos de 1930 e 1940. No âmbito interno, baseando-se na demanda do mercado interno e nos compromissos internacionais de exportação, o IAA fixou a cota de produção açucareira total em aproximadamente 50,9 milhões de sacos para a safra de 1959/1960 (Szmrecsányi, 1979, p. 251). Limitou o período de moagem de cana, cujo início passou a ser em 1º de junho para a região Centro-Sul e 1º de setembro para o Norte/Nordeste, e determinou a constituição de “estoques de retenção” a serem formados pelo açúcar retirado do mercado, das safras de 1959/1960 a 1962/1963, das usinas localizadas nos estados que mais produziam, ou seja, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro e São Paulo, mediante financiamento correspondente a 80% do preço oficial (Szmrecsányi, 1979, p. 253).

No âmbito externo, o panorama foi modificado com o rompimento das relações políticas e econômicas entre Cuba e Estados Unidos em 1960. O açúcar cubano foi excluído do mercado preferencial norte-americano, abrindo novas possibilidades para a exportação do açúcar brasileiro. Nesse ano, o Brasil conseguiu pela primeira vez exportar 100 mil toneladas para o MP norte-americano (Szmrecsányi, 1979, p. 254).

O açúcar cubano passou então a abastecer os países socialistas, que reduziram por sua vez a produção de açúcar de beterraba, antes comercializado no MLM. Além disso, a quebra sucessiva de safras de cana em Cuba fez com que países importadores de açúcar cubano procurassem outros mercados abastecedores, dentre os quais o Brasil (Szmrecsányi, 1979, p. 255).

A política econômica brasileira, a partir de então, voltou-se para a formulação de medidas para o incentivo das exportações de açúcar e para a ampliação da capacidade produtiva do parque indus-

trial e das lavouras de cana. No governo de Jânio Quadros (1961), foi baixado o Decreto 50.818/1961, onde foram estabelecidas normas para a centralização e coordenação das atividades de exportação de açúcar e demais derivados de cana-de-açúcar no IAA (Szmrecsányi, 1979, p. 256). Nesse mesmo ano, foi criado o Fundo de Recuperação da Agroindústria Canavieira (Brasil, 1961), com recursos oriundos das exportações de açúcar para o MP norte-americano, com o objetivo de conceder financiamentos a usineiros, cooperativas de fornecedores e bancos de plantadores de cana, sobretudo do Nordeste, com prazos de 15 anos, a juros de 6% a.a. e carência de 1 a 2 anos (Szmrecsányi, 1979, p. 257).

No Governo João Goulart (1961-64) foi criado o Fundo de Consolidação e Fomento da Agroindústria Canavieira, constituído de recursos provenientes do MP norte-americano e da comercialização do açúcar no mercado interno e no MLM. A motivação fundamental era o fomento das exportações de açúcar, mesmo em períodos em que se tornassem gravosas. Em 1962, nessa mesma linha de incentivos, o IAA firmou um convênio com o Banco do Brasil para o investimento de projetos destinados ao melhor aproveitamento da terra nas zonas canavieiras (Szmrecsányi, 1979, p. 258/259).

De forma diversa à que ocorrera anteriormente, as exportações não eram mais consideradas como um instrumento de defesa dos preços internos do açúcar, mas sim como uma fonte geradora de divisas (Szmrecsányi, 1979, p. 258/259). Nessa nova fase, o planejamento da agroindústria canavieira deixou de ter um caráter setorial, de curto prazo, com ações visando resolver problemas pontuais, passando a fazer parte do planejamento socioeconômico nacional, em uma escala de médio e longo prazos.

Nesse sentido, em 1963, foi formulado o Programa Diretivo para a Política Açucareira e Alcooleira, depois denominado Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional, com a previsão da instalação de 50 novas usinas e de uma produção de 100 milhões de sacos de açúcar até 1971 — sendo 80 milhões destinados ao mercado interno e 20 milhões para exportação e para a formação de estoques reguladores (Szmrecsányi, 1979, p. 263-265).

No mesmo ano, o IAA sancionou a ampliação de produção de açúcar das usinas para os 100 milhões de sacos, ficando quase 40% do limite nacional da produção concentrado nos estados de São Paulo e Paraná (Szmrecsányi, 1979, p. 264).

O aumento das cotas produtivas para 100 milhões de sacos de açúcar, em 1963, promoveu, portanto, a expansão da cultura canavieira na região Centro-Sul, em particular no estado de São Paulo, a partir de 1964. Tal impulso coincidiu com a campanha de erradicação de cafezais antieconômicos promovida pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), os quais foram substituídos em grande parte por cana-de-açúcar, ambos financiados pelo Banco do Brasil, fazendo com que os canaviais paulistas tivessem uma expansão de 22% (Szmrecsányi, 1979, p. 272-273).

Do mesmo modo, o aumento nas cotas produtivas ampliou consideravelmente as disponibilidades de melação para a produção do álcool residual. Como mistura carburante, o álcool apresentava tendência decrescente, à medida que a capacidade de refino de petróleo aumentava no país (Andrade, 1994, p. 33).

Apesar dos bons preços no MP norte-americano, a queda acentuada no MLM tornou gravosas as exportações brasileiras de açúcar, o que, associado à superprodução, fez cair abruptamente os valores do açúcar, cujo saco na região Centro-Sul, que era tabelado em Cr\$ 12,18, passou a ser comercializado a Cr\$ 5,00 ou Cr\$ 6,00 (Szmrecsányi, 1979, p. 271-272). Assim, uma nova grande crise se estabeleceria no setor sucroalcooleiro em meados da década de 1960, com proporções semelhantes àquela ocorrida em 1929.

Diante dessa situação, o governo editou normas na tentativa de restabelecer a disciplina do mercado, reformulando a legislação para o planejamento do setor canavieiro (Quadro 3).

A partir do último quartel da década de 1960, a consolidação dos EUA como principal mercado externo para o açúcar brasileiro e o aumento do preço médio do açúcar no exterior fizeram com que a agroindústria canavieira brasileira começasse a se recuperar.

Quadro 3. Normas editadas pelo IAA para disciplinar o mercado sucroalcooleiro em meados dos anos de 1960.

Normas	Pontos principais
Lei 4.870/1965	<p>Aumentos ou reduções da produção de açúcar fixados baseados na demanda do mercado interno e externo.</p> <p>Para a fixação do contingente de exportação de açúcar prevê a utilização pelo IAA de recursos públicos criados ou que venham a ser criados para o fomento da exportação de produtos gravosos, a fim de assegurar a defesa do preço e o equilíbrio estatístico entre a produção e o consumo.</p> <p>Autorização de fixação nos Planos Anuais de Safra de cota de retenção de até 20% da produção nacional de açúcar, para a constituição de um estoque regulador do abastecimento dos centros consumidores, estabilização dos preços no mercado interno e cumprimento de acordos internacionais.</p> <p>À região Norte-Nordeste é atribuído, prioritariamente, o contingente de açúcar destinado aos mercados preferenciais.</p> <p>O preço do açúcar deixa de ser vinculado ao preço do álcool e passa a ser fixado em função da produção geral agrícola e de uma parcela correspondente à porcentagem de participação do fornecedor no rendimento anual da usina situado acima do rendimento médio do estado, considerando o teor de sacarose e a pureza da cana fornecida.</p> <p>Instituição do Fundo Especial de Exportação.</p>
Resolução IAA 1.974/1966	<p>Dispõe sobre a comercialização interna da safra de 1966/1967</p> <p>Divisão do território nacional em duas regiões açucareiras: a região Norte/NE (estados e territórios da Amazônia “clássica” e o os do litoral da Bahia, inclusive) e a região Centro-Sul (todos os demais), sendo que a comercialização do açúcar entre as duas regiões ficava dependente de prévia autorização do IAA.</p>
DL 308/1967	<p>Fixação de contribuições fixas para cada saco de açúcar e cada litro de álcool produzidos, sendo 60% destinadas à constituição do Fundo Especial de Exportação.</p> <p>Obrigatoriedade da aprovação dos Planos Anuais de safra até o dia 30 de abril de cada ano.</p> <p>Elevação do limite mínimo das usinas para 200 mil sacos.</p>

Fontes: BRASIL, 1965; SZMRECSÁNYI, 1979, p. 276. Org.: dos autores, 2015.

Pela primeira vez, desde 1963, a produção mundial de açúcar se apresentava menor do que o consumo. Um novo acordo mundial foi assinado, em que o Brasil obteve uma cota de exportação de 500 mil toneladas anuais, ocupando o 6º lugar entre 40 países exportadores signatários do acordo. Assim, os valores de exportação de produtos da agroindústria canavieira brasileira chegam a um total de US\$ 112,8 milhões em 1968, originados da comercialização de 1.078.000 TM de açúcar, 70.726 TM de mel rico, 141.177 TM de melaço e 13,8 milhões de litros de álcool (Szmrecsányi, 1979, p. 275).

Nessa época, também se observou o crescimento dos grupos tradicionalmente canavieiros, bem como a inserção de grupos de outros

setores da economia, que atraídos pelo potencial retorno financeiro auferido pela evolução das atividades sucroalcooleiras, e também para se resguardar de possíveis crises econômicas, passaram a aplicar seus capitais nesse setor. São exemplos, em São Paulo, Ometto e Biaggi, da indústria siderúrgica; em Pernambuco, os Brito, vinculados à indústria de doces enlatados Peixe e que depois adquiriram usinas em Pernambuco e Alagoas; os Tavares de Melo, que iniciaram suas atividades com uma usina em Pernambuco e depois investiram na produção de alimentos (Maguary-Kibon) e em destilarias de álcool na Paraíba e em Mato Grosso do Sul; os Lyra, que controlavam várias usinas e destilarias em Alagoas; e os Wanderley, com a usina Coruripe e a destilaria de Camaçari (Andrade, 1994, p. 174-175).

Paulatinamente, antigos usineiros, empresários patriarcais, davam lugar às sociedades anônimas, inicialmente constituídas principalmente por parentes e familiares, que posteriormente se transformaram em grandes grupos econômicos, mas sem perder suas características familiares originárias (Andrade, 1994, p. 174-177).

Com o Golpe de 1964, o governo concluiu a busca por soluções nacionalistas para o desenvolvimento econômico. Apesar de continuar a incentivar as exportações, passou a praticar uma política de internacionalização da economia, abrindo-se para o capital estrangeiro (Andrade, 1994, p. 41).

Mas a consolidação da política de exportação do açúcar, de fato, requeria mais que ações de âmbito político-econômico. Necessitava, além do mercado internacional, de condições endógenas adequadas, as quais só podiam ser estabelecidas por meio de um planejamento a médio e longo prazos (Szmrecsányi, 1979, p. 290) abrangendo o desenvolvimento do conhecimento e de técnicas, tanto no setor agrícola como industrial, que se iniciaram de forma mais consistente a partir da década de 1960, e se consolidaram a partir dos anos de 1970.

3.4 A tecnificação da agricultura e a conformação de uma nova geografia canavieira

A primeira fase de modernização da indústria de açúcar e álcool, iniciada com a implantação dos engenhos centrais no final do século

XIX, foi concluída em meados da década de 1950. Apesar de ter se dado com velocidades e intensidades variáveis nas duas regiões açucareiras brasileiras, em todas as grandes áreas canavieiras o sistema de produção industrial usineiro era predominante.

Entre 1930 e 1970, no setor industrial, diferentemente do ocorrido anteriormente, as mudanças tecnológicas foram pequenas, resumindo-se a aperfeiçoamentos de detalhes. Basicamente, as máquinas utilizadas apoiavam-se nos mesmos princípios adotados nas primeiras usinas implantadas, no final do século XIX e início do século XX, e o processo de produção de açúcar e de álcool se dava também de forma bastante semelhante. A grande mudança ocorreu na parte agrícola.

A tecnificação do campo, que na Europa já ocorria parcialmente desde o final do século XIX, com o uso de alguma adubação, generalizou-se a partir de meados do século XX, amplamente apoiada no desenvolvimento de motores a explosão ou elétricos, de tratores cada vez mais potentes, de máquinas agrícolas complexas e eficientes, do avanço da química agrícola, de produtos fitossanitários e da biotecnologia (Mazoyer e Roudart, 2010, p. 430).

A mecanização parcial da operação da colheita da cana se iniciou no Brasil na primeira metade da década de 1950, quando surgiram as primeiras carregadoras de cana, que substituíram o carregamento manual (Ripoli e Ripoli, 2009, p. 20). Na mesma época, a instalação nas usinas de sistemas de limpeza por via úmida possibilitou o uso do fogo como método despalhador, (Ripoli e Ripoli, 2009, p. 21/26), o que facilitou a colheita manual e aumentou a produtividade do trabalhador rural.

A melhoria técnica na agricultura se amalgamou às transformações industriais ocorridas anteriormente, engendrando efeitos importantes na expansão do setor sucroalcooleiro brasileiro e, por conseguinte, na geografia canavieira.

A introdução do uso de máquinas modernas, de agroquímicos e de espécies de cana-de-açúcar melhor adaptadas às variadas exigências de solo e clima, vinculada à conjuntura política e econômica, possibilitou o uso de solos antes inadequados ao cultivo da cana-de-açúcar, apesar de localizados em áreas com climas e relevos favoráveis.

Na época dos engenhos banguês, a determinação das áreas a serem cultivadas pela cana-de-açúcar tinha sido realizada tendo em vista as condições topográficas, a fertilidade dos solos, a distância dos corpos d'água, a acessibilidade. A rotação de culturas predominava, ficando a terra em pousio depois de certo número de cortes da cana, para ser coberta pela capoeira que crescia naturalmente. Após a fertilidade ter retornado ao solo, o terreno era reutilizado novamente, plantando-se um novo canavial. A adubação era praticamente inexistente, e pouca preocupação se tinha com as variedades de cana utilizadas.

Uma das primeiras manifestações da mudança no sistema agrícola se deu com a introdução dos fertilizantes. Por meio da adubação, obteve-se um rendimento agrícola maior e gradualmente a prática do pousio e da rotação de terras não era mais necessária, sendo abandonada. A paisagem rural das áreas canavieiras, conseqüentemente, se modificou. Já não se observava com tanta frequência e com a mesma extensão os terrenos com capoeiras (Melo, 1975, p. 104). Criações e pequenas lavouras de subsistência foram sendo substituídas por canaviais que gradualmente formaram um *continuum* no espaço.

Até meados da década de 1930, o Nordeste detinha o predomínio na produção açucareira, seguido pelo Rio de Janeiro. Das 13 maiores usinas no território brasileiro, dez localizavam-se no Nordeste, uma no Rio de Janeiro e outra em São Paulo.

Nos estados do Nordeste Oriental, tradicionalmente a cana ocupava apenas as várzeas quaternárias encravadas nos tabuleiros arenosos, com altitudes que variavam dos 100 m aos 150 m. Antes da cana, os tabuleiros eram ocupados pela pecuária extensiva e por sítios de pequenos proprietários e arrendatários que cultivavam mandioca, inhame, frutas etc. Em alguns vales, como o do Ceará-Mirim (RN), o do Paraíba do Norte (PB) e o do Mundaú (AL), os engenhos se enfileiravam no sopé das encostas como que formando um rosário, e os canaviais ocupavam as várzeas úmidas, enquanto os tabuleiros eram deixados às capoeiras ou a outras atividades (Andrade, 1994, p. 110).

Mas a cana-de-açúcar não precisava mais ficar circunscrita às áreas naturalmente férteis litorâneas ou do interior paulista. Com o uso dos fertilizantes era possível a sua expansão em solos antes con-

siderados impróprios, como foi o caso dos tabuleiros litorâneos nordestinos.

Os tabuleiros litorâneos são formações terciárias que se estendem paralelamente à costa litorânea, desde o Amapá até o Rio de Janeiro, tornando-se menos extensos em Pernambuco, onde o cristalino, em alguns trechos, alcança o litoral. Seus solos arenosos originariamente possuem limitações químicas, devido ao baixo teor de matéria orgânica, e físicas, por possuírem horizontes coesos subsuperficialmente, o que dificulta a infiltração da água e impede o aprofundamento do sistema radicular das plantas.

Dessa forma, em meados da década de 1950, os tabuleiros costeiros alagoanos, cobertos por Argissolos Vermelho-Amarelos distróficos e com baixa fertilidade natural, puderam ser amplamente utilizados por meio do uso de adubos e sistemas de irrigação.

A irrigação, além de regular o suprimento de água nos meses de seca, possui importância para reduzir a coesão do solo, que se torna mais friável com a presença da água, favorecendo a penetração do adubo. Associadamente, técnicas voltadas à drenagem das amplas planícies fluviais dos rios Manguaba, do Camarajibe, do Santo Antônio, do Mundaú, do Paraíba do Meio, do São Miguel, do Jiquiá e do Coruripe possibilitaram o seu pleno uso pela atividade canavieira. As matas alagoanas foram então derrubadas para dar lugar aos canaviais (Andrade, 2005, p. 41).

Assim, os tabuleiros do Sul alagoano tornaram-se, nas palavras de Heredia (1988), a “meca” de fornecedores e usineiros alagoanos, e também dos pernambucanos, que para lá foram (Heredia, 1988 p. 68).

De fato,

As canas nas várzeas apresentavam uma produtividade agrícola muito elevada, superior a 100 t/ha, mas, sendo muito hidratadas, tinham uma baixa produtividade industrial. As canas de tabuleiro, com produtividade em torno de 60 ou 70 t/ha, tinham essa produtividade agrícola compensada com a elevada produtividade industrial. Esse fato fez com que em Alagoas os canaviais passassem a se expandir por áreas não canavieiras, enquanto em Pernambuco, que só dispunha de tabuleiros na porção da Mata Seca, ao Norte de Recife, essa expansão não foi tão

grande, o que fez a produção de cana alagoana superar a pernambucana (Andrade, 1994, p. 111).

Mesmo assim, Pernambuco se manteve como o segundo maior estado produtor de açúcar de usina e de área colhida, sendo ultrapassado apenas por São Paulo (Tabela 8).

Tabela 8. Produção de açúcar de usina e área colhida das unidades da federação, 1970.

Unidades da Federação	1970	Safra 1971/72
	Área colhida (1000 ha)	Toneladas
Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima e Amapá	3	
Pará	13	
Maranhão	21	3684
Piauí	16	2412
Ceará	58	14208
Rio Grande do Norte	13	32526
Paraíba	43	89952
Pernambuco	239	1039062
Alagoas	119	563718
Sergipe	26	46632
Bahia	90	56922
Sub-total Norte/Nordeste	641	1849116
Minas Gerais	222	0
Espírito Santo	25	237138
Rio de Janeiro	145	22236
São Paulo	524	443340
Paraná	37	2596746
Santa Catarina	35	166692
Rio Grande do Sul	54	32346
Mato Grosso	11	16872
Goiás	31	4200
Sub-total Centro-Sul	1084	3519570

Fonte: SZMRECSÁNYI, 1979, p. 66/458/459. Org.: dos Autores, 2019.

Durante séculos, as curtas distâncias entre os portos nordestinos e europeus foram grande vantagem para a região açucareira nordestina. Porém a localização do maior centro consumidor do país em São Paulo foi muito mais vantajosa no século XX. Entre os anos de 1940 e 1950, grande número de usinas foi implantado no Oeste de São Paulo e no Norte do Paraná (Andrade, 1994, p. 60).

Nas áreas ocidentais mineiras, o clima com duas estações definidas, uma úmida e outra seca, foi muito propício ao cultivo da cana, sobretudo nas áreas mais baixas próximas aos grandes rios, como Grande e Paranaíba, onde se encontram os solos férteis, originados do basalto.

A Bahia, importante produtor no período da Primeira República, que em 1935 possuía 1.381 engenhos banguês e 16 usinas concentradas no Recôncavo, teve seu papel bastante reduzido, sendo que em 1972 possuía apenas seis unidades produtivas.

O desenvolvimento industrial do Recôncavo, com a implantação da cidade Industrial de Aratu, em 1968, a descoberta e a exploração do petróleo e a instalação do polo de Camaçari, em 1978, e as restrições edáficas, fizeram com que o antes importante setor canavieiro baiano perdesse definitivamente expressão (Andrade, 1994, p. 97/100).

A mecanização trouxe grandes repercussões no setor agrícola da agroindústria canavieira. Embora anteriormente o mercado agrícola já fosse suprido por máquinas provenientes dos EUA, da Europa e de alguns países socialistas, as várias procedências do maquinário dificultavam a assistência técnica, a reposição de peças e até o próprio conhecimento do uso do maquinário (Amato Neto, 1985, p. 59/64). Algumas ferramentas manuais e instrumentos agrícolas já eram utilizados e produzidos no Brasil, mas só o uso efetivo dos tratores, associados à fertilização química, criou condições propícias para a penetração definitiva da modernização no setor agrícola. Assim, sob a égide do governo desenvolvimentista de JK,

(...) a mecanização agrícola se iniciou no país com a instalação da indústria de tratores no ano de 1959, quando foi instituído o Plano Nacional da Indústria de Tratores de Rodas, sendo que as primeiras unidades começaram a ser produzidas em 1960 (Amato Neto, 1985, p. 59).

Além das empresas, principalmente de capital estrangeiro, instaladas nos anos de 1960 (Quadro 4), outras empresas nacionais fabricavam maquinaria completa e peças para usina de cana-de-açúcar e destilarias de álcool, como a Metalúrgica Dedini (Müller, 1989, p. 29), peças de reposição e implementos leves para a agricultura canavieira, tais como enxadas, foices, arados e outros equipamentos de maior complexidade.

Quadro 4. Primeiras empresas fabricantes de tratores implantadas no Brasil (1959).

Fabricantes	Marca do trator	Origem do capital
Marsey-Fergusson	Marsey-Fergusson	Canadá
Frendt do Brasil	Frendt	Inglaterra
Valmet do Brasil	Valmet	Finlândia
Ford do Brasil	Ford	EUA
Demissa	Deutz	Alemanha
Companhia Brasileira de Tratores (CBT)	Oliver	Brasil/EUA

Fonte: AMATO NETO, 1985, p. 65.

Dessa forma, a paisagem das regiões açucareiras foi mudando, ocupada intensivamente pela lavoura canavieira. O aumento da produtividade passou a ser dado não mais apenas pela aquisição de novas terras, mas sim pela intensificação do plantio da cana-de-açúcar.

3.5 Impactos socioambientais da tecnificação da cultura canavieira

O avanço do modo de produção do açúcar usineiro e de álcool causou a expansão da cana-de-açúcar, o que originou dois impactos socioambientais de grande magnitude, que se ampliaram durante os anos de 1960, consolidando-se na década de 1970: a concentração fundiária e a expansão agrícola.

A partir do final dos anos de 1800, a implantação de usinas foi

sendo consolidada com a aquisição de antigos engenhos situados nas suas zonas de influência que pudessem se tornar fornecedores de cana-de-açúcar. Deve-se destacar que muitas dessas aquisições foram sendo determinadas mais pela perspectiva de ampliação da capacidade produtiva da usina do que pela quantidade de cana moída de fato, gerando o que Melo (1975, p. 55) denominou de “reservas estratégicas de espaço produtivo”.

Dessa forma, muitas usinas preferiam, inclusive, utilizar seus recursos na aquisição de mais propriedades do que na introdução de melhoramentos técnicos e agrícolas, o que provocou o aumento do preço da terra (Melo, 1975, p. 56). Na região nordestina, esse processo afetou a estrutura agrária, pois apesar de ser caracterizada por propriedades cuja extensão variava em torno de 400 a 1.000 hectares, possuía milhares de engenhos (Melo, 1975, p. 58).

O uso de modernas técnicas de plantio e manejo do solo permitiu a expansão dos canaviais em áreas antes consideradas inaptas e praticamente extinguiu o antigo sistema de pousio e as capoeiras. Antigas áreas cobertas por matas, antes conservadas para o abastecimento de madeira para as fornalhas, também não eram mais necessárias, tendo em vista a alimentação das caldeiras das usinas ser feita com óleo diesel, e, por isso foram também integradas à ocupação canavieira.

A expansão do cultivo canavieiro nos tabuleiros nordestinos, sobretudo alagoano, destruiu sistematicamente as matas que antes os cobriam. Heredia, (1988) referindo-se aos tabuleiros alagoanos, descreve:

Quem percorresse essa área através da estrada nacional, que a atravessa em direção Norte-Sul, teria em 1970 como visão permanente as matas em ambos os lados do caminho. Hoje, o mesmo viajante, atravessando o mesmo local, defrontar-se-á com uma paisagem totalmente diversa. Se as matas impediam então a visão do horizonte, hoje sua ausência total permite que apareça claramente os tabuleiros, configurados como imensas extensões — “planícies” — que se perdem na distância. (...) A extensão dos tabuleiros e sua ocupação pela cana é expressa na Área, como um “mar de cana”. (Heredia, 1988, p. 75)

Tal expansão fez com que pequenos produtores, que ocupavam esses mesmos tabuleiros, se deslocassem em direção aos vales dos rios (Heredia, 1988, p. 75).

Esse processo de expropriação de lavradores se deu em todas as regiões açucareiras brasileiras, impulsionado em parte pela promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963. Os trabalhadores rurais haviam se mantido à margem dos direitos estabelecidos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) até o início dos anos de 1960 (Andrade, 1994, p. 200). O Estatuto do Trabalhador Rural procurou equiparar as relações de trabalho do campo às da cidade, ignorando as especificidades das relações trabalhistas de cada região do território nacional, bem como a sua organização agrária. Embora oficialmente a intenção fosse oferecer proteção ao trabalhador rural, os encargos trabalhistas determinados pelo estatuto, tais como repouso remunerado, seguro de acidente, 13^o salário, indenização em caso de demissão, fizeram com que os usineiros e fornecedores de cana procurassem reduzir ao mínimo o número de trabalhadores passíveis de possuírem ou comprovarem algum vínculo empregatício (Melo, 1975, p. 240-245).

Tal processo, associado à possibilidade da intensificação do uso da terra, levou à expropriação dos trabalhadores-moradores, entre os anos de 1960 e 1970, transformando-os em trabalhadores avulsos, sem vínculo com uma usina específica, para não configurar vínculo empregatício.

Esse processo de proletarização excluiu o trabalhador morador no Nordeste, eliminou o colono em São Paulo e nos estados vizinhos. No Nordeste, os antigos trabalhadores recebiam um sítio para cultivar suas lavouras de subsistência, onde plantavam mandioca, milho, feijão, batata doce, inhame, banana e algumas hortaliças, possuindo muitas vezes alguns animais de carga e domésticos, como aves, porcos e cabras. Como pagamento pelo uso da terra, davam parte da colheita e/ou alguns dias de trabalho semanal, o que variava de região para região ou até de engenho para engenho (Andrade, 1994, p. 202; Eisenberg, 1977, p. 203; Melo, 1975, p. 106).

Em São Paulo, o sistema de colonato foi utilizado desde a segunda

metade do século XIX, introduzido na área cafeeira para a substituição da mão de obra escrava. Geralmente originários da Itália, os colonos se estabeleciam nas fazendas de café, recebendo uma casa para morar, sementes, insumos e um terreno, onde plantavam pés de café e culturas de subsistência, intercaladas entre os pés de café. Recebiam em moeda um valor estipulado pelo proprietário da terra correspondente ao cafezal sob sua guarda (Andrade, 1994, p. 190, 204-205).

Nas fazendas canavieiras, o sistema manteve suas características. O proprietário fornecia o financiamento durante a entressafra, as sementes, as máquinas agrícolas e os insumos necessários, pagando um valor correspondente à quantidade de toneladas de cana fornecida pelo colono à indústria (Andrade, 1994, p. 190, 204-205).

Apesar de preponderantemente as lavouras desses sítios terem o caráter de subsistência, uma parcela de sua produção era comercializada localmente, contribuindo, em parte, para o abastecimento alimentar das áreas de entorno.

No Centro-Sul, os canaviais expandiram-se em antigas áreas ocupadas por cafezais, que algumas vezes já haviam sido substituídos por culturas de algodão, cereais ou por pecuária extensiva. O fim do sistema de colonato fez com que a demanda por mão de obra para a cultura da cana fosse resolvida com os fluxos migratórios, sobretudo de nordestinos e de mineiros, que iam para São Paulo e, em seguida, para os estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso e Tocantins (Andrade, 1994, p. 205).

A moradia desses trabalhadores em aglomerados urbanos provocou uma série de impactos indiretos, mas de grande magnitude, nas cidades que os acolhiam, que sem equipamentos e serviços suficientes para o atendimento dessa população, tinha a sua qualidade urbana deteriorada.

Assim, apesar de continuarem a trabalhar na grande lavoura canavieira, deixavam de possuir qualquer relação permanente com a terra que cultivavam. As relações de trabalho passavam a ser baseadas na produção ou na unidade de área, tendo à frente o empreiteiro (Melo, 1975, p. 209). Pequenos produtores migrantes engrossavam essa leva de trabalhadores sazonais, fazendo uma migração pendular, não se fi-

xando na área de trabalho, retornando à sua terra natal na época das chuvas para fazerem o plantio de suas lavouras (Andrade, 1994, p. 212).

Melo (1975), em pesquisa sobre a agroindústria açucareira nos estados de Alagoas e Pernambuco, teceu considerações a respeito dos aspectos socioculturais desses trabalhadores, que consideramos ser análogos às situações vivenciadas em todas as áreas açucareiras brasileiras da época.

Sem dúvida o êxodo rural dessa parcela de trabalhadores causou uma melhoria no quesito da alfabetização, considerando-se que o índice de analfabetismo, em 1964, era em Pernambuco de 81%, e que, em 1970, o Censo do IBGE apontava que em microrregiões canavieiras o índice era de 58%. No entanto, foi revelada uma situação ainda bastante insatisfatória (Melo, 1975, p. 213).

No âmbito sociocultural, cabe registrar o consumo de bebida alcóolica de forma generalizada e de aguardente, o que tornava mais precárias as condições de saúde desses trabalhadores, como também agente da violência no comportamento desses indivíduos (Melo, 1975, p. 215).

A proletarização dessa categoria de trabalhadores causou, sem dúvida alguma, um impacto social muito grande, porque além das péssimas condições de moradia na área urbana, sem a lavoura de subsistência, eles se viram obrigados a comprar os produtos que necessitavam em casas comerciais, muitas vezes da própria usina ou do proprietário do latifúndio canavieiro, onde os preços eram abusivos e a qualidade baixa.

Tal fato foi constatado em trabalho realizado pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais sobre o nível de vida do trabalhador rural na Zona da Mata em 1961, e complementado por outro estudo, em 1964, concluindo-se que

- a) havia ausência quase que generalizada de condições satisfatórias no tocante ao bem-estar econômico, social e cultural (Maciel, 1964);
- b) havia um estado de subnutrição devido ao reduzido consumo de alimentos essenciais e ricos em calorias; na maioria dos casos,

as refeições se limitavam a um pirão d'água com um pedaço de carne ou peixe. Muitos trabalhadores seguiam para o trabalho, pela manhã, sem nenhum alimento (Maciel, 1964);

- c) o estado de carência, aliado às más condições higiênicas pessoais e do ambiente, provocavam conseqüentemente doenças do aparelho digestivo (Maciel, 1964);
- d) quanto ao grau de instrução, era de 81% a taxa de analfabetos; de 5% a dos que sabiam ler, escrever e contar; e de 11% a dos que possuíam curso primário incompleto (Melo, 1975, p. 210 baseado em Gonçalves, 1966);
- e) as habitações eram precárias, sendo que 40% das pessoas “dormiam no chão ou em cima de sacos, lonas, esteiras, etc.” (Melo, 1975, p. 210 baseado em Gonçalves, 1966).

Essas condições de vida faziam com que houvesse a prevalência de parasitoses intestinais, que a estatura fosse quase sempre inferior à mediana do país, e que grande parte dos jovens e crianças apresentasse raquitismo (Melo, 1975, p. 211).

Outro aspecto a ser destacado é que a eliminação dos trabalhadores-moradores e a compra das mais bem localizadas e melhores terras por grandes proprietários canavieiros causou a redução da quantidade de produtos alimentares antes produzidos nas pequenas lavouras dos sítios (Andrade, 1994, p. 205). Em Pernambuco, a produção per capita, entre 1961 e 1971, de produtos alimentícios decresceu grandemente, passando de 209 kg de mandioca para 167 kg; de 4,1 kg de milho para 2,1 kg; e, de 1,3 kg de feijão para 0,8 kg (Melo, 1975, p. 111).

Outro impacto que pode ser identificado como resultante da inserção das tecnologias mais modernas no setor agrícola, tais como a mecanização, a adubação química e o uso de agrotóxicos, foi a redução do número de trabalhadores no campo. Com o uso dos novos implementos agrícolas a partir dos anos de 1950, gradativamente foram sendo reduzidas as atividades manuais para o preparo do solo e o número de limpas anuais da cultura canavieira.

Ressalta-se que a mecanização nesse período se deu de forma parcial, pois apesar de atingir várias fases do processo de produção da

cana, a colheita ainda era realizada manualmente, em grande parte pelos trabalhadores temporários, requisitados amplamente nessa fase e posteriormente liberados na entressafra, o que se adequava extremamente à dinâmica capitalista do setor agrícola da agroindústria canavieira (Müller, 1989, p. 76).

A introdução do uso do fogo como método despalhador, nos anos de 1950, facilitou o corte da cana pelos trabalhadores, mas afetou os solos, a atmosfera e a saúde da população do entorno dos canaviais e dos trabalhadores. Embora não haja dados, o uso do fogo provocou a inserção da etapa de limpeza das canas quando recebidas nas usinas, o que forçosamente resultou em grande aumento do consumo de água pela indústria.

Em síntese, a partir da década de 1930, grandes modificações ocorreram na agroindústria canavieira. Com o Governo Getúlio Vargas, inicia-se um novo período na política econômica canavieira, caracterizada pelo seu aspecto intervencionista, cujas medidas foram direcionadas principalmente à política de preços, tendo em vista a quase permanente superprodução de açúcar. Utilizando-se de diferentes instrumentos, tais como financiamento da produção açucareira e alcooleira, exportações gravosas, regime de contingenciamento da produção do açúcar, acabou por desencadear efeitos diferentes nas duas grandes regiões canavieiras, Norte/Nordeste e Centro-Sul.

O Norte/Nordeste foi se caracterizando por uma economia canavieira cada vez mais débil, perdendo seu mercado interno e externo devido a problemas conjunturais, mas também estruturais, da sua indústria, sendo que em meados da década de 1960 o único fator que justificava a manutenção da atividade era o baixo custo da mão de obra e a política assistencialista governamental.

São Paulo, ao contrário, expandiu seus canaviais em direção Oeste e Sul, alcançando os solos férteis do Paraná. Possuidor de capital industrial e comercial disponível para a aplicação em setores econômicos rendosos, de um parque industrial consistente e de um amplo mercado interno, ultrapassou a produção açucareira de Pernambuco em meados da década de 1950, assumindo a posição de novo polo açucareiro.

As fases de preços altos continuaram sendo episódicas, refletindo os acontecimentos exógenos, conjunturais, de âmbito internacional. Contudo, a partir de meados da década de 1960, essa situação começou a se modificar. A implantação gradual de novas técnicas de cultivo e de modernos implementos agrícolas, associada à crise internacional do petróleo do início dos anos de 1970, induziu a instauração de uma nova política econômica do setor, direcionada ao revigoramento da produção alcooleira e à ampliação da produção e da exportação dos produtos canavieiros, como será tratado no próximo capítulo.